

CORREIO ECONÔMICO



Divulgação

Melhor expectativa no curto prazo influenciou no resultado

Confiança do Consumidor sobe 1,9 ponto para 93,2 pontos

A melhora da expectativa no curto prazo é o fator determinante do avanço de 1,9 ponto do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) em abril corrente, ao atingir 93,2 pontos, idêntico patamar de dezembro do ano passado. Se consideradas as médias móveis trimestrais, a alta chegou a 0,8 ponto, para 91,4 pontos, reação após seis quedas seguidas. Os dados foram divulgados, nesta

quarta-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Para a economista do Ibre/FGV, Anna Carolina Gouveia, "a melhora da confiança no mês foi influenciada, principalmente, pelas expectativas para os próximos meses, enquanto a percepção sobre a situação atual ficou praticamente constante entre março e abril".

Avaliação recua

Segundo Anna Carolina, em contraste com a melhoria das expectativas, no prazo imediato, caíram as avaliações sobre o momento atual, em que Índice de Expectativas (IE) subiu 3,1 pontos (102,2 pontos) e o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 0,1 ponto (80,6 pontos).

Finanças futuras

A economista do Ibre/FGV aponta que o avanço do ICC neste mês teve maior contribuição das perspectivas para as finanças futuras das famílias, que avançou 5,4 pontos (106,2 pontos) e sobre a situação futura da economia, com alta de 2,4 pontos (113,0 pontos).



Divulgação

Governo adota seletividade para aço importado

Camex cria cota para 11 produtos de aço importados

Ao se vergar à pressão das siderúrgicas nacionais, o Comitê-executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) decidiu instituir cotas de importação para 11 produtos de aço importados pelo país. Se o volume da cota fixada for superado, será aplicada a alíquota de 25% do Imposto de Importação.

Ao comentar a decisão, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) explicou que o prazo de 30 dias para vigência da medida é para que os países parceiros do Mercosul analisem a resolução da Camex, antes de sua publicação no Diário Oficial da União e de portaria pela Receita Federal.

Escala de cotas

Segundo a Camex, o Imposto de Importação para 11 produtos de aço terá cotas entre 9% e 14,4%. Além destes, o Mdic estuda a adoção de cotas para outros quatro itens derivados do aço, ainda dependentes de estudos mais aprofundados sobre as importações no setor.

Sem impacto

Em contraponto à tese de impacto inflacionário, estudos do Mdic descartam reflexos sobre os preços ao consumidor. "A expectativa do governo é que a decisão contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional", disse a nota da pasta.

IPC-S avança

Em trajetória firme de ascensão, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da terceira quadrissemana de abril de 2024 avançou 0,32%, depois de subir 0,29% na quadrissemana anterior, informou nesta quarta-feira (24) a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Seis sobem

Com alta acumulada de 2,75% nos últimos meses, o indicador teve elevação em seis das oito classes de despesas que o compõem, com maior contribuição do grupo Educação, Leitura e Recreação, que recuou de 1,58%, na 2ª quadrissemana, para -1,37% na 3ª quadrissemana.

Descontrole fiscal deve 'frear' ritmo de novos cortes da Selic

Recuos de metas fiscais forçam redução menor da taxa de juros

Por Marcello Sigwalt

A 'marcha à ré' das metas fiscais, para este e o próximo ano, aliado à 'liberalidade' com relação aos gastos públicos, além de previsão novas despesas na mensagem orçamentária do Executivo ao Congresso, formam um conjunto de fatores que afetam diretamente as expectativas de inflação, câmbio e juros, além de pressionar o Banco Central a aplicar um 'freio' no ritmo dos cortes da Selic (taxa básica de juros).

De acordo com essa avaliação do mercado, à piora evidente do cenário interno se associa à crescente incerteza externa, a reboque da disposição recente do Federal Reserve (Fed) – bicianque – de prorrogar somente para dezembro ou para 2025 o início do corte dos juros estadunidenses, a despeito da arrancada econômica dos EUA.

Enquanto isso, no front interno, prossegue a escalada inflacionária, precificada pelas últimas projeções do boletim Focus, do Banco Central (BC), que aponta nova elevação do



Divulgação

"Frouxidão" de gastos federais deve segurar aperto monetário por parte do BC

IPCA (índice oficial de inflação), de 3,71% para 3,73% para este ano, após expressiva queda anterior. Para 2025, nova alta, desta vez de 3,56% para 3,60%. Em ambos os casos, há superação do centro da meta de inflação (3%), fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O tom da preocupação com os rumos da política econômica petista foi dado pelo presidente

do BC, Roberto Campos Neto, ao admitir que a autarquia terá 'um trabalho difícil à frente'.

Ecoando o avanço geral dos indicadores, o mercado financeiro também ampliou, de 9,13% ao ano para 9,5% ao ano, a estimativa para a Selic em 2024, e de 8,5% ao ano para 9% ao ano. Alguns bancos, mais céticos, porém, já trabalham com uma taxa de 9,75% ao ano.

A 'prova dos nove' para confirmar a tendência progressiva da Selic será nos dias 7 e 8 de maio, quando ocorre a próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC, em que as apostas majoritárias giram em torno de um corte de 0,25 ponto percentual, e não mais de 0,5 ponto percentual. Caso isso se confirme, a Selic cairia apenas para 10,50% ao ano.

BC critica interferência de governos

Ao 'alfinetar' governos, de modo geral, mas 'mirar' diretamente no Planalto, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto disparou que "nunca houve tanta interferência dos governos no mercado", acrescentando que "é que os resgates todos são feitos com dívida e, globalmente falando e estamos com menos espaço para isso".

Após ressaltar que a crise

em curso vai requerer 'soluções privadas' e que Pindorama está um 'pouco pior, mas não tanto' que seus pares emergentes, o dirigente monetário acentua que "o Brasil teve peculiaridades, bastante peso de empresas estatais, teve tema de ruído do governo nas estatais. Tem um tema pesando um pouco que são os juros mais altos, então tem uma taxa de desconto mais alta", fulmina.

Também deteriorada, segun-

do Campos Neto, estaria o risco de prêmio na bolsa de valores, em que a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional – série B) longa vem pagando acima de 6%, o que ajuda a explicar 'um pouco' porque o Ibovespa não sobe.

Para ele, o país tem uma eficiência menor no setor de serviços, em comparação com o exterior.

"Em alguns serviços, a gente até gasta proporcionalmente parecido com o mundo emer-

gente, mas tem uma eficiência menor". Na visão do presidente do BC, "a gente tem menos espaço fiscal, porque a nossa carga tributária é bastante alta comparada ao mundo emergente e a nossa dívida relação PIB também".

Para Campos Neto, "tendo pouco espaço, significa que a gente precisa ter inteligência, alocação de eficiente de recursos e trabalhar mais com o mundo privado". (M.S.)

Confiança Industrial recua em 21 setores

Como epidemia, que contamina rapidamente o tecido econômico nacional, o desajuste fiscal recorrente da gestão federal também atingiu o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), que apresentou recuo em 21 dos 29 setores industriais pesquisados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em destaque no estudo, oito grupos saíram do estado de 'confiança' para 'falta de confiança', como: máquinas e equipamentos (49,8 pontos); serviços especializados para a construção (49,8 pontos); impressão e reprodução (49,7 pontos); produtos de material plástico (49,5 pontos); couros e artefatos de couro (49,3 pontos); produtos de borracha (49 pontos); perfumaria, limpeza e higiene pessoal (48,2 pontos); e móveis (47,8 pontos).

Segundo a escala, que varia de 0 a 100 pontos, valores acima de 50 pontos indicam confiança



Divulgação

Queda setorial decorre de avaliação negativa da economia

do empresário e aqueles abaixo dessa margem atestam falta de confiança do empresário.

De acordo com o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, "a piora da confiança é resultado da piora na avaliação das condições cor-

rentes dos empresários. Tanto a avaliação da economia brasileira quanto da própria empresa piorou em abril.

A Sondagem Industrial e a Sondagem Indústria da Construção do mesmo mês mostraram a insatisfação com a situa-

ção financeira e a dificuldade de acesso ao crédito no primeiro trimestre de 2024, o que explica a piora da confiança dos setores da indústria".

Mesmo com recuo na maior parte dos setores, como ponto positivo, em 18 deles, a confiança supera a margem de 50 pontos, a exemplo de biocombustíveis (55,9 pontos) e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (52,2 pontos).

No topo da confiança se mantêm: manutenção e reparação (59 pontos), biocombustíveis (55,9 pontos), farmacêuticos e produtos químicos (55,5 pontos) e veículos automotores (54,2 pontos).

Por porte empresarial, as pequenas empresas tiveram maior recuo (1,6 ponto) para 49,7 pontos.

Por regiões, o Norte e Nordeste recuaram de 2,7 pontos e 2,3 pontos, respectivamente. (M.S.)

Caem juros do consignado do INSS

Cristiane Gercina (Folhapress)

Os juros do empréstimo consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vão cair de 1,72% para 1,68% ao mês, conforme aprovou o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) na tarde desta quarta-feira (24).

A nova taxa valerá para o empréstimo pessoal consignado. No caso do cartão de crédito consignado e do cartão

de benefício, os juros caem de 2,55% ao mês para 2,49%.

O consignado é um empréstimo feito por aposentados e pensionistas do INSS com desconto direto no benefício. É possível comprometer até 45% da renda mensal -35% com o empréstimo pessoal, 5% com o cartão de crédito e 5% com o cartão de benefício- e pagar as parcelas em até 84 meses (sete anos).

Os juros são limitados, o

que significa que a instituição financeira pode cobrar menos, mas não mais do que essa taxa. As regras são controladas pelo Conselho de Previdência.

A nova taxa foi aprovada por 10 votos a 1. Representantes do bancos votaram contra. Houve ainda duas ausências, de representantes da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil) e da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo).

Os novos juros deverão ser aplicados em até cinco dias após a publicação da regulamentação das taxas feita por meio do Ministério da Previdência. A partir de então, a instituição financeira deverá baixar o juro ou, caso julgue necessário, deixar de oferecer o crédito.

A redução das taxas do consignado do INSS têm seguido a queda da Selic.